

CONDIÇÕES DE TRABALHO EM HIDRELÉTRICAS DO PAC NA AMAZÔNIA E CAPITALISMO BUROCRÁTICO NO BRASIL

CONDICIONES DE TRABAJO EN LAS HIDROELÉCTRICA DEL PAC EN EL AMAZONIA Y EL CAPITALISMO BUROCRÁTICO EN BRASIL

Reginaldo Fernando Ferreira de Castela – Economista - rcastela@gmail.com

Nazira Correia Camely / Universidade Federal Fluminense – naziracorreia@gmail.com

Resumo: O PAC para a Amazônia tem na construção das hidrelétricas sua principal obra, que visa a atender aos interesses de projetos do IIRSA vinculados aos projetos estratégicos do imperialismo na América Latina. Em um país de capitalismo burocrático, submetido ao imperialismo e com relações de produção semifeudais, as conseqüências da exploração sobre os trabalhadores são ainda mais danosas. Sobre isto tratamos ao analisar as relações sociais a que estão submetidos os operários na construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia.

Palavras-chave: Imperialismo, semifeudalidade, condições de trabalho, hidrelétricas, Amazônia.

Resumen: PAC (Plan de Aceleracion del Crecimiento) tiene en la construcción de hidroeléctricas su principal actividad que busca atender a los intereses de los proyectos de IIRSA – Integración de Infraestructura Regional Sudamericana - destinados a servir netamente a la estrategia del imperialismo em Latinoamérica. Em um país de capitalismo burocrático, dominado por el imperialismo y con relaciones de producción semifeudales, las consecuencias de la explotación sobre los trabajadores son aún mas violentas. Acerca de esto tratamos de analizar las relaciones sociales a que están submetidos los operários em la construcción de las hidroeléctricas de Jirau y Santo Antonio em Rondônia.

Palabras-clave: Imperialismo, semifeudalidad, condiciones de trabajo, hidroeléctricas, Amazonia.

Introdução

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi formulado e teve o início de sua execução no Governo Lula (2002-2010) e continua sendo executado no Governo Dilma (desde 2010) como uma política nomeada de desenvolvimentista. Desde Vargas, Juscelino Kubitschek e os planos de governo da ditadura militar (1964-1984) o Estado teve papel de impulsionador e financiador das atividades econômicas, como foram o Plano de Metas (1956-1961) e o I e II Planos Nacional de Desenvolvimento (I e II PND de 1972-1974, e de 1975 a 1979, respectivamente), dentre outros. Estas políticas representaram a definição do Estado como agente da acumulação capitalista, o que em economias capitalistas mais desenvolvidas se denomina de Estado Keynesiano. No nosso entendimento o Brasil possui um capitalismo atrasado, denominado no marxismo de Capitalismo Burocrático, característica de países submetidos e atrelados ao imperialismo mantendo relações semifeudais e com o problema da terra ainda sem solução (existência de camponeses sem terra ou com pouca terra e latifúndio).

Neste trabalho nos propomos a descrever e refletir sobre as relações e condições de trabalho nas Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia, visando averiguar as condições de semifeudalidade a qual os trabalhadores estão submetidos e as consequências econômicas e políticas de tais relações.

Pretendíamos fazer uma pesquisa no local das usinas, mas devido à impossibilidade de deslocamento até estes locais nos atemos aos artigos e matérias publicadas na ocasião da rebelião dos trabalhadores nas usinas em março de 2011. Muitas das informações sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e da população local nos baseamos no relatório “Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira – Relatório preliminar da missão de monitoramento” (Dhesca Brasil, 2010, www.dhescbrasil.org.br).

Este trabalho está dividido em três partes. Inicialmente fazemos a exposição do que compreendemos por Capitalismo Burocrático, categoria fundamental para entender o papel da grande burguesia (frações burocrática e compradora) nos países dominados pelo imperialismo. Ainda neste tópico abordamos a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como política estratégica do imperialismo na

América latina e do qual o PAC tem papel fundamental. A segunda parte do artigo se refere às grandes empreiteiras do PAC, sua vinculação com o Estado e participação nas obras deste projeto para a categorização e entendimento da burguesia burocrática. Na última parte expomos as condições de vida e de trabalho dos operários da usina de Jirau e Santo Antônio a partir da revolta de 15 de março de 2011.

1 – Capitalismo burocrático: semifeudalidade e semicolonialismo

Capitalismo Burocrático é um conceito do marxismo sobre a realidade econômica e social dos países dominados pelo imperialismo, ou seja, sobre os países que não realizaram uma revolução democrático-burguesa e tem o problema da terra pendente. Em relação à primeira característica entendemos o problema da dominação imperialista (semicolonial) e da segunda, o problema da permanência do problema agrário (grande propriedade e relações de semifeudalidade). Este tipo de capitalismo é engendrado pelo imperialismo nos países dominados, gerando um capitalismo que nasce atado ao imperialismo e ao latifúndio, gera um capitalismo atrasado, que utiliza o Estado como sua alavanca, submetendo o país ao atraso social e promovendo o saque e a pilhagem dos recursos da nação.

O Conceito de Capitalismo Burocrático foi desenvolvido por Mao Tsetung e aqui o reproduzimos conforme Guzmán :

Sobre uma base semifeudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce atado à semi feudalidade e submetido ao domínio imperialista (...) O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados, (...) pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim se vai gerando o capitalismo burocrático atado, (...) à feudalidade, submetido ao imperialismo e ao monopólio (...). Este capitalismo chega a certo momento de sua evolução, combina-se com o poder do Estado e usa os meios econômicos do Estado, utiliza-o como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta maneira dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e torna-se estatal (GUZMÁN *apud* MARTÍN MARTÍN, 2007 a, p.14-15).

A questão agrária entendida como o problema da distribuição e da propriedade da terra, portanto de classes possuidoras ou não no capitalismo, constitui-se no principal

problema enfrentado pelos países dominados pelo imperialismo, trata-se, portanto, da contradição principal destes países, qual seja, a contradição entre os camponeses pobres e latifundiários. Ao contrário das teses atuais do fim do campesinato, esta contradição destaca o papel central dos camponeses na transformação do mundo que requer soluções para os problemas enfrentados pelo proletariado e camponeses.

Martín Martín (2007 a) esclarece que nos países onde existe o Capitalismo Burocrático as relações no campo são pré-capitalistas, ou seja, são mantidas relações semifeudais caracterizadas como:

1) A manutenção de relações de produção (regimes de propriedade) de natureza pré-capitalista: o sistema de pagamento em trabalho, parcerias em colheitas, empreitada e trabalho por produção, trabalho gratuito, entrega de partes da produção, entrega de parcelas em troca de trabalho na fazenda, etc...

2) Manutenção e reprodução de um campesinato minifundista (com formas coletivas ou privadas): iniciado na época feudal (praticado inclusive pela nobreza feudal através da divisão de fazendas no Sul da Europa e América Latina), porém desenvolvido durante os processos de desamortização de terras públicas e do clero (apropriadas de forma legal ou não) e pela política de reforma agrária e colonização desenvolvidas pelo Estado ao longo dos séculos XIX e XX.

3) Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o campesinato a terra: alojamentos, obras públicas, necessidade de salvocondutos para que o camponês possa deslocar-se fora de sua população ou emigrar, a usura, a repressão por parte do aparato do Estado, o controle político sobre os trabalhadores diaristas, as denominadas ações clientelistas (patriarcais, de patronato e apadrinhamento) por parte dos grandes proprietários (MARTÍN MARTÍN, 2007 a, p.15).

O conceito de capitalismo burocrático, elemento integrante da teoria marxista, adotado por Martín Martín (2007 a, 2007 b) permite o entendimento da atualidade da questão agrária, do problema camponês, da expulsão de milhões de camponeses de suas terras e a submissão desta população aos bolsões de miséria das periferias das cidades. Este problema não resolvido e acentuado pela exploração capitalista no campo é devido ao fato dos países dominados não terem resolvido o problema da terra como ocorreu com as Revoluções Democrático-Burguesas, nos países ricos e imperialistas, e com as Revoluções Proletárias, a partir da Revolução Russa de 1917, nos países socialistas como a URSS, a China e os países do leste Europeu. A partir de 1917 fica encerrada a fase das Revoluções Democráticas Burguesas porque a classe burguesa vai tornar-se, nos países dominados, uma classe reacionária atrelada ao imperialismo (LÊNIN, 2000, [1916]).

A identificação e análise das classes sociais vão nos levar à correta interpretação da realidade. A grande burguesia nos países de capitalismo burocrático é composta pela burguesia burocrática e pela burguesia compradora¹. Em cada momento histórico uma fração desta grande burguesia assume o controle e gestão do Estado. O marxismo cobra a necessidade de estudar que classes estão no poder, que frações controlam o aparelho de estado. Nos países de capitalismo burocrático as classes que controlam de forma hegemônica o aparelho de Estado será uma das frações desta grande burguesia (burocrática ou compradora), e os latifundiários; com algum tipo de aliança também.

1.2 - IIRSA – Semicolonialismo e evolução da semifeudalidade

O analítico estudo feito pelo Programa Uruguai Sustentável e Rede Amigos da Terra do Uruguai² fornece elementos importantes do programa IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana, lançado em setembro do ano 2000 na cúpula de Presidentes da América do Sul.

Destaca-se o papel e magnitude dos projetos de energia: “(...)La extrema diferencia que existe entre las inversiones del eje Perú-Brasil- Bolivia y el Andino en comparación a su cantidad de proyectos se explica por la magnitud de los proyectos de energía del eje Perú-Brasil-Bolivia, que constan de grandes obras de hidroeléctrica, mientras que la mayor parte de los proyectos del eje Andino son en transporte, y los que respectan a energía no alcanzan la magnitud del anterior.” (BARTESAGUI, 2011, p. 14), ao mesmo tempo em que o estudo demonstra as graves consequências para os países do ponto de vista do endividamento, exploração de recursos e perda de soberania.

Ao contrário de todas essas iniciativas servirem à integração regional e ao desenvolvimento sustentável como assim declaram os países que se vinculam à iniciativa,

¹ Burguesia Burocrática: grande burguesia instalada num país dominado pelo imperialismo, engendrada por este e também submetida ao imperialismo mantendo relações contraditórias não antagônicas com o mesmo. Foi historicamente confundida com burguesia nacional.

Burguesia Compradora: grande burguesia que atua em vários países de forma monopólica ou buscando sempre extrair o lucro máximo de suas atividades, como por exemplo, os capitais envolvidos na importação-exportação, setor financeiro etc.

² IIRSA - Integración de Infraestructura Regional Sudamericana OTRO PASO EN LA EXPLOTACIÓN DE LOS PUEBLOS Y TERRITORIOS SUDAMERICANOS, BARTESAGUI et alii, Programa Uruguay Sustentable Redes – Amigos de La Tierra Uruguay, 2006.

sua principal intenção é o saque de recursos, criar condições para a exportação de matérias-primas, servir ao mercado externo e aos interesses dos países imperialistas.

Um importante esforço desenvolvido no estudo citado é mostrar as consequências para os diversos agentes dos países envolvidos no campo econômico, político e social, durante e após a execução dos diversos projetos. Uma falha importante é não considerar a existência de uma burguesia média e de uma grande burguesia vinculada aos interesses imperialistas, ainda que residente nos países. O peso maior das consequências catastróficas de tais empreendimentos está na questão ambiental³, que parece comover a todos independente de classe social, o que de fato não é correto⁴. Apresenta ainda uma visão pessimista sobre as possibilidades de reação das massas camponesas e operárias, entre outras, em resistir a tal saque.

Por fim e demonstrando o papel efetivo de países dominados pelo imperialismo evidencia o principal objetivo do IIRSA: “Por lo cual, el IIRSA no es más que la infraestructura necesaria para interrelacionar países y regiones, para poder consolidar exitosamente los objetivos propuestos por el ALCA (Reali et al, 2005; www.iadb.org).” (BARTESAGUI, 2011, p. 31).

No Brasil as obras do PAC estão estreitamente vinculadas aos objetivos do IIRSA cumprindo papel central de articulação e de ação também em outros países da América Latina. O IIRSA e o PAC constituem um sistema logístico integrado para atender aos principais itens de demanda dos projetos imperialistas na área de infraestrutura (energia, transporte e comunicações). Esta estrutura irá beneficiar grandes projetos e negócios voltados ao mercado internacional como a pecuária, a produção de agrocombustíveis e de celulose, as indústrias eletrointensivas e as madeireiras (CARVALHO, 2011, p.4).

As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau – projetos do IIRSA-, e outras obras de barragens que serão realizadas, tornarão esta região uma importante hidrovia que proporcionará o transporte de mercadorias a portos do Pacífico. A soja e os minérios serão os principais produtos a serem transportados. Estima-se que os estados de Rondônia

³ Segundo Oswaldo Sevá (UNICAMP) há uma previsão de que serão erguidas na Amazônia 302 barragens até 2050, o que permitirá que os maiores rios da região se transformem em hidrovias o que beneficiará a exportação de commodities brasileiras, agora com custo ainda menores. O estudo da emissão de gás metano pelas hidrelétricas, muito mais danoso ao meio ambiente que as emissões de CO₂, é realizado por Philip Fearnside, do INPA (CARVALHO, 2011).

⁴ Davis (2002) aborda o problema ambiental como um problema de classe ao estudar as consequências de catástrofes ambientais sobre os países dominados a partir da época do imperialismo.

e Mato Grosso, que hoje produzem 3 milhões de toneladas de soja por ano, depois da hidrovía do Madeira passariam a produzir 28 milhões⁵. Carvalho (2011) elenca as atividades que alterarão a estrutura econômica, social e ambiental da Amazônia a partir da construção das hidrelétricas do IIRSA e do PAC: a) produção e venda de energia; b) transformação dos rios mais importantes da região em hidrovía; c) impulsionar a expansão e instalação de atividades com forte inserção no mercado internacional, como o agronegócio (CARVALHO, 2011, p.3).

Nos próximos itens abordaremos sobre a grande burguesia burocrática brasileira, mais especificamente sobre um setor importante desta; e por fim relatamos os danos causados sobre dezenas de milhares de trabalhadores submetidos a condições e relações de trabalho semifeudais, e sobre quem os capitalistas seguem retirando de todas as formas mais-valia.

2 - A grande burguesia burocrática e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa do governo brasileiro lançado em 28 de janeiro de 2007, engloba um conjunto de políticas econômicas, tem como prioridade o investimento em infraestrutura, com recursos previstos de R\$ 503,9 bilhões. Destes R\$ 116 bilhões está destinada a construção de dezenas de hidrelétricas, e para a Amazônia as principais e que englobam as maiores inversões são as Usinas Hidrelétricas (UHE) do Rio Madeira – Jirau e Santo Antônio em Rondônia - e as hidrelétricas de Belo Monte, Marabá e Santa Isabel no Pará além de Estreito em Tocantins. O valor total para as UHE da região norte é de R\$ 38 bilhões, sendo R\$ 28 bilhões destinados às Usinas de Rondônia.

Uma das características de países de Capitalismo Burocrático é o forte atrelamento de grupos econômicos ao aparelho do Estado, constituindo nessa dinâmica uma das frações da grande burguesia destes países, a burguesia burocrática, com setores de atuação fortemente constituídos nas atividades relacionadas à infraestrutura. Neste setor as quatro maiores empresas atuantes no Brasil é a Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Queiroz Galvão que venceram as licitações para as obras do PAC

⁵ Dados baseados no artigo “Os interesses por trás das hidrelétricas da Amazônia”, disponível em <http://www.blogdoplaneta.com>, acesso em 07/06/2011.

com valores de R\$ 138,7 bilhões, e entre estas a construção das UHE do Rio Madeira e Belo Monte. Estas empresas foram fortemente beneficiadas pelas políticas do “milagre econômico” do período da ditadura militar no Brasil (1964-1984), especialmente nas obras de infraestrutura realizadas naquele período e custeadas pelo endividamento externo do país naquilo que foi uma das maiores transferências de renda ao capital rentista (parasitário). Ancoradas e alavancadas pelas políticas de investimentos do Estado estas empreiteiras deixaram de ser apenas construtoras e transformaram em conglomerados na área de infraestrutura, atuando no setor de petróleo, energia, telecomunicações, agronegócio, portos e aeroportos. São as principais candidatas a concessão da administração dos principais aeroportos do país.

A Odebrecht foi criada em Recife em 1923 por Emílio Odebrecht. A família Odebrecht é a maior controladora com 65% das ações. Atua principalmente nas áreas de petroquímica, engenharia e construção. Possui 119 mil empregados e atua em 20 países, alcançou em 2010 faturamento bruto de R\$ 53,8 bilhões.

Criada em São Paulo em 1939 a Camargo Corrêa é controlado pelos herdeiros de Sebastião Camargo, fundador da empresa. Atua nos setores de engenharia, construção e infraestrutura, energia, concessões públicas, indústria naval, petróleo e gás. Atua em mais de 18 países, possui 50 mil empregados e obteve faturamento bruto de R\$ 19 bilhões em 2009.

A Andrade Gutierrez foi fundada em Belo Horizonte em 1948, sendo a família Andrade e Gutierrez a principal controladora do grupo. Atua nos setores de engenharia e construção, telecomunicações, energia, saúde e concessões públicas. Atualmente possui cerca de 200 mil empregados e seu faturamento bruto foi de R\$ 22 bilhões em 2010.

A Queiroz Galvão foi fundada em Recife em 1953. Controlada pela família Queiroz Galvão atua nos setores de construção, imobiliária, óleo e gás, alimentos, siderurgia, concessões de serviços públicos, engenharia ambiental e saneamento. Tem negócios em cerca de 10 países, possui 32 mil empregados e obteve em 2009 faturamento bruto de R\$ 6,95 bilhões.

Fortemente vinculadas ao aparelho do estado e dependentes dos contratos públicos (dos governos e das estatais): 62% das receitas da Odebrecht, 35% da Camargo Corrêa, 72% da Andrade Gutierrez e 100 % da Queiroz Galvão vêm de obras do setor

público – estatal (O Globo, 08/05/2011, p.29). A partir dos investimentos do PAC, maior investida do governo em grandes obras desde o período da ditadura militar no país, estes percentuais devem aumentar. Nos dados a seguir temos uma relação das obras contratadas e em andamento por cada uma destas empresas.

Tabela 1 – Principais Obras de Infraestrutura por Valor Pago para as Empresas Contratadas, em milhões de R\$.

PRINCIPAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA	ESTADOS	VALOR PAGO PARA AS EMPRESAS CONTRATADAS (milhões de R\$)				TOTAL
		ODEBRECHT	CAMARGO CORREA	ANDRADE GUTIERREZ	QUEIROZ GALVÃO	
Ampliação de Carajás	PA	800	-	-	-	800
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Recife	PE	5.400	-	-	-	5.400
Angra 3 (RJ)	RJ	-	-	9.900	-	9.900
Arena Amazônia	AM	-	-	500	-	500
Arena Pernambuco, em Recife	PE	532	-	-	-	532
Construção da Refinaria Abreu	PE	-	20.000	-	-	20.000
Dragagem do Porto do Rio	RS	240	-	-	-	240
Estádio do Corinthians em	SP	650	-	-	-	650
Estádio Fonte Nova, em Salvador	BA	668	-	-	-	668
Estádio Nacional Mané Garrincha	DF	-	-	696	-	696
Estaleiro Atlântico Sul (2007)	PE	-	-	-	17.000	17.000
Ferrovias Norte Sul	PA, MA, TO, GO, MG, SP, MS	-	8.800	-	8.800	17.600
Ferrovias transnordestina	CE, PE	5.400	-	-	-	5.400
Hidrelétrica de Belo Monte	AM	25.000	25.000	25.000	25.000	100.000
Hidrelétrica de Santo Antônio	RO	15.100	-	15.000	15.000	45.100
Hidrelétrica de Jirau	RO	-	8.700	-	-	8.700
Linha 1 do metrô de Porto Alegre	RS	703	-	-	-	703
Linha 4 do metrô do Rio	RJ	5.000	-	-	-	5.000
Maracanã	RJ	-	-	705	-	705
Porto Maravilha	RJ	7.600	-	-	-	7.600
Reforma do Maracanã	RJ	705	-	-	-	705
Reforma e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas	PR	-	4.700	-	-	4.700
Transoeste (corredor expresso da Barra e Santa Cruz)	RJ	604	-	-	-	604
TOTAL GERAL (milhões de R\$)		68.402	67.200	51.801	65.800	253.203

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados publicados de Empresas e Mercados (2010) *apud* O Globo, Caderno de Economia, p.29, 08/05/2011.

Segundo Sergio Lazzarini, no livro “Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões”⁶ as empreiteiras possuem estreitas vinculações com o governo que levam a multiplicação de seus negócios. Além do financiamento de campanhas eleitorais que garantam em contrapartida seus negócios, as construtoras se beneficiam dos laços com os maiores alavancadores dos financiamentos como os bancos estatais (principalmente BNDES⁷ e Banco do Brasil), além da ligação com os fundos de pensões de estatais (como Petros, Previ e Funcef). O autor declara:

As empreiteiras possuem mais conexões políticas porque muitos de seus investimentos e negócios são em áreas reguladas pelo governo. Além disso, há uma ação característica de governos nos processos de privatizações, licitações e concessões que é o uso dos fundos e de bancos para a montagem de consórcios com as empreiteiras e outros grupos privados (O Globo, Caderno de Economia, p.29, 08/05/2011).

Esta lógica é demonstrada pelo estudo “The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil“, de Taylor Boas, Neal Richardson e F. Daniel Hidalgo, onde demonstra que para cada real doado a campanhas eleitorais as empreiteiras recebem 8,5 vezes do valor na forma de contratos com o Estado⁸.

Além dos contratos com o setor público as grandes empreiteiras (neste trabalho estamos nos limitando as 4 maiores do ramo como já descrevemos acima) contam com os benefícios do financiamento estatal do BNDES tanto para negócios no país quanto no exterior. A Camargo Corrêa e Queiroz Galvão são sócias desde 2008 da coreana Samsung Heavy Industries no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), situado no complexo de Suape (PE). Em fevereiro de 2011 a EAS ganhou a disputa para produção de sete sondas para a Petrobras, um negócio de US\$ 4,63 bilhões. Somados aos 22 navios para a

⁶ Este estudo mostra as fundamentais ligações e benefícios que o setor privado (no nosso entendimento a fração da grande burguesia burocrática) tem por seus laços com o setor público. Não compartilhamos da mesma visão do autor que a nosso ver mostra estas relações para defender a não participação do Estado na economia. No nosso entendimento a maior participação do Estado na economia é para impulsionar a grande burguesia burocrática, ao promover a estatização e impulsionamento de grandes obras públicas que aparecem com um caráter `desenvolvimentista`. As frações da grande burguesia tem seus interesses defendidos e assegurados, em maior ou menor grau, dependendo de que fração desta classe esteja a frente do gerenciamento do Estado. Portanto nossa análise é do caráter de classe do Estado, não nos vinculamos a uma discussão para defender a dicotomia estatização x privatização, e sim da análise marxista de que classes dirigem e se apropriam das benesses e dos recursos estatais.

⁷ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, criado em junho de 1952 – é o principal banco de investimento do país e cumpre o papel de financiar os investimentos ditados pelo governo.

⁸ Disponível em http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf, acesso em 04/09/2011

Transpetro e à plataforma P-55 que já tinha em carteira, os contratos da EAS com a Petrobras alcançam a cifra de US\$ 8 bilhões. Este negócio que demandou investimentos de US\$ 2 bilhões, foi financiado em US\$ 1,3 bilhão pelo BNDES, via Fundo da Marinha Mercante.

Em 10 anos o BNDES financiou R\$ 10 bilhões em projetos de infraestrutura no exterior, deste montante 80% foram destinados a Odebrecht e Andrade Gutierrez, em obras que vão de hidrelétricas a metrô. Em Moçambique a Odebrecht irá construir o aeroporto de Nacala, investimento de US\$ 112 milhões. Em 2006 a Andrade Gutierrez e a Odebrecht conseguiram financiamento para a construção de duas hidrelétricas na República Dominicana, valor total de US\$ 102 milhões. Para a expansão do metrô de Caracas a Odebrecht conseguiu o financiamento do mesmo banco. A Camargo Corrêa também contou com financiamentos do BNDES. Em fevereiro de 2010 em uma disputa que envolveu o grupo Votorantin e a CSN adquiriu 33% do capital da CIMPOR, o que a elevou a uma das dez maiores do ramo do cimento no mundo. Também em 2010 foi contratada pelo governo venezuelano para realizar obras de saneamento no valor de US\$ 2,2 bilhões na Bacia do Rio Tuy (próximo a Caracas), o BNDES participou com 60% desse valor⁹.

Empresas brasileiras do setor de construção têm investido massivamente em países da América Latina, como Peru, Bolívia e Venezuela, na construção de estradas, pontes, refinarias e hidrelétricas. Um exemplo importante é a construção da Rodovia Transoceânica que ligará o Brasil ao Pacífico, ao promover a exportação de soja e outras commodities pelo porto de Ilo no Peru. Os investimentos brasileiros no Peru cresceram 30% desde 2006 e excedem o valor de US\$ 1 bilhão¹⁰. Estes grandes empreendimentos têm causado sérios danos sociais e ambientais e causando a expulsão de centenas de Povos Originários de suas terras. A nosso ver esta expansão de capitais e de investimentos de empresas brasileiras na América Latina é proporcionada pela forte vinculação entre países de capitalismo burocrático por ocasião do gerenciamento destes

⁹ Os dados citados sobre os financiamentos do BNDES foram retirados da matéria “De hidrelétricas a refinarias e estádios, tudo dominado”, publicado no Caderno de economia do Jornal o Globo em 08/05/2011 (págs 29 e 30). Claramente a posição deste jornal ao publicar estes dados é de criticar a ‘intervenção’ do Estado na economia e fazer apologia ao ‘livre mercado’. Novamente aqui ressaltamos nossa análise do caráter de classe do Estado.

¹⁰ Fonte: <http://www.peruthisweek.com/news-267-Brazilian-investments-in-Peru-grow-30pct-annually/> , acesso em 04/09/2011.

governos estarem nas mãos da burguesia burocrática como é o caso do Brasil (desde a eleição do Lula em 2002), e dos governos de Corrêa (Equador), Evo Morales (Bolívia) e Hugo Chávez (Venezuela). No que pese as devidas diferenças de cada um destes governos representarem setores ditos de esquerda todos eles têm em comum a continuidade de suas políticas beneficiarem o grande capital em detrimento das grandes massas populares destes países, como exemplo o *gasolinazo* que ocorreu na Bolívia em 2010¹¹.

3 - A revolta dos trabalhadores nas obras do PAC: rebelião contra as condições de trabalho semifeudais

As condições de trabalho nas obras das Usinas Hidrelétricas revelam as relações de produção semifeudais, mostradas a todo o país por ocasião da rebelião dos trabalhadores da Usina de Jirau em 15 de março de 2011. Decorrente do levante destes trabalhadores, 80 mil trabalhadores em todo o Brasil se rebelaram contra as péssimas condições de trabalho na (construção das hidrelétricas) e demais obras do PAC.

As obras da Usina de Jirau são realizadas pelo Consórcio Energia Sustentável Brasil, composto por Suez Energia, Camargo Corrêa, Eletrosul Centrais Elétricas e Companhia Hidro Elétrica do Rio São Francisco. Nesta obra foram contratados 22 mil trabalhadores oriundos de várias regiões do país. A principal característica destas contratações é a presença de aliciadores conhecidos como “gatos” que recrutam trabalhadores em todo o país, principalmente nos estados do Nordeste, que para Rondônia se deslocam atraídos pelas falsas promessas de bons salários e excelentes condições de trabalho.

A realidade é completamente diferente, pois são praticadas relações de trabalho semifeudais caracterizadas por coerção extraeconômica, contratos salariais não cumpridos, não pagamento de horas extras, péssimas condições de trabalho que promovem graves acidentes e mortes de trabalhadores, sistema de aviamento

¹¹ Gasolinazo – segundo o Centro de Estudios Populares - CEP (<http://estudioyrealidad.blogspot.com/>) foi o intento frustrado ao final do ano de 2010 por parte do governo da Bolívia de aumentar em 90% os preços do diesel e da gasolina. Medida que atenderia aos interesses das empresas monopólicas do setor pondo a nu o grau de submissão ao imperialismo do governo boliviano. Tal medida provocou massivas manifestações populares inicialmente ignoradas e menosprezadas por Evo Morales.

caracterizado pelos preços extremamente majorados dos produtos vendidos nos locais das obras, atrelamento pela dívida, coerção e ameaças exercidas por capangas e gerência sobre os trabalhadores. Decorrente dessas condições é comum o uso de drogas e álcool pelos trabalhadores devido às condições de trabalho (alojamento, alimentação e riscos de acidentes), e os problemas psicológicos decorrentes destas condições e da distância de seus familiares.

A revolta dos milhares de trabalhadores das obras do PAC iniciou-se nas obras da hidrelétrica de Jirau nos dias 15 e 17 de março de 2011, resultou na queima de 54 ônibus, na destruição de 70% do acampamento dos trabalhadores. Como resposta o governo enviou a Força Nacional de Segurança e as empresas demitiram 4.000 trabalhadores. As obras ficaram paralisadas até meados de abril. Em setembro de 2009 já havia ocorrido uma greve dos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio.

A imprensa noticiou que o motivo da insurreição dos trabalhadores foi uma briga com o motorista de ônibus que se recusou a levar um operário à cidade de Porto Vello, distante 130 km das obras de Jirau, alegando que os ônibus eram exclusivos para os operários que residiam fora dos alojamentos. Um dos operários foi agredido por motoristas após jogar uma pedra no ônibus devido a recusa da viagem. Diante da agressão um grupo de trabalhadores reagiu e começaram os incêndios aos ônibus e as instalações dos canteiros da obra. Dois dias depois a revolta espalhou-se para outras obras do PAC abrangendo 80.000 trabalhadores.

Dhesca Brasil, publicou um relatório sobre a situação dos trabalhadores e da população atingida pelas obras das usinas do Madeira em abril de 2011. Baseamos neste documento e a seguir relatamos as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do Complexo do Madeira:

- desde o início das obras das hidrelétricas do Madeira morreram 6 trabalhadores em acidentes nos locais de trabalho;

- cada uma das obras (Jirau e Santo Antônio) já recebeu 1.000 autuações da Superintendência Regional do Trabalho por violação da legislação trabalhista;

- quanto às condições de trabalho o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação contra a obra da hidrelétrica de Santo Antônio alegando 'situação de extrema gravidade' e 'acentuado grau de negligência', em que foram requeridas 109 medidas liminares, das quais foram deferidas 51 medidas. Também foi requerido o cumprimento do intervalo mínimo intrajornada e o repouso

semanal remunerado por ter trabalhadores com jornada semanal superior a 60 horas (DHESCA BRASIL, 2011, p. 3).

Segundo o mesmo relatório em 2009 foram libertados 38 trabalhadores de uma empreiteira contratada nas obras, por se acharem sob condição de escravidão (DHESCA BRASIL, 2011, p. 16).

Além das péssimas condições de trabalho os operários estavam submetidos a todo tipo de coerção. Ocorreram denúncias nas obras de Jirau de que a segurança patrimonial do empreendimento (na realidade capangas e jagunços) ameaçava os trabalhadores, o que foi denunciado pelo Ministério Público Estadual e Federal de Rondônia.

Ainda segundo o relatório da Dhesca Brasil o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Rondônia (STICCERO) denunciou a existência de um ‘cartão fidelidade’ que constituía em um cartão de débito em que se creditava mensalmente valores de até R\$ 600,00, fora da folha de pagamento, “apenas para os empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família”. Segundo o sindicato este cartão é aceito no comércio local e até em clubes de prostituição (DHESCA BRASIL, 2011, p. 17).

Matéria publicada na Revista Piauí¹² relata várias denúncias das condições de trabalho nas obras de Jirau:

- Trabalhadores relataram que foram contratados por R\$ 800,00 e recebiam apenas R\$ 700,00;
- Não pagamento das horas extras: “a gente passava da hora do expediente, suava para ver se pegava um dinheirinho a mais, mas pagavam só o horário normal e algumas horazinhas. O resto a gente trabalhava de graça para eles.”
- Reclamações quanto ao pagamento de dois benefícios: participação nos lucros e o big card. O de participação nos lucros foi acordado com o sindicato e poderia render R\$ 700,00 a cada trabalhador, mas nunca foi pago. O big card é um auxílio como a cesta básica, a Camargo Corrêa pagava R\$ 110,00 enquanto que empreiteiras menores e subcontratadas chegavam a pagar R\$ 350,00.
- Intimidação e ameaças: em Jirau haviam duas categorias de funcionários segundo a cor dos uniformes os ‘amarelinhos’ (são os chefes e encarregados) e os ‘verdes’ (os peões). De acordo com as denúncias publicadas os ‘amarelinhos’ ameaçavam os ‘verdes’ de enviá-los para trabalhar em uma área chamada Buracão, a mais quente das obras que combinava duro trabalho a céu aberto com o calor da região. Também denunciaram os privilégios, onde nos alojamentos dos encarregados dormiam duas pessoas em cada quarto, enquanto que no dos peões dormiam oito.

¹² “Fogo na Usina do Desenvolvimento Acelerado” matéria de Fábio Fujita, publicada na *Revista Piauí*, ano 5, maio de 2011.

Os encarregados usavam de sua situação para fazer churrasco e levar mulheres para seus cômodos, o que era proibido. Um dos operários declara ter visto “um capataz dar um tapa em um peão porque este escondeu uma laranja no bolso do uniforme para comer no alojamento, o que também era proibido. Os capatazes também faziam isto, mas os seguranças faziam vista grossa para estes.” Na ocasião da rebelião o setor dos vigilantes foi o primeiro ao que os operários tocaram fogo.

- Alimentação: devido às longas filas nos refeitórios muitos trabalhadores não conseguiam almoçar, pois acabava o período de uma hora para almoço e os mesmos ainda não haviam sido atendidos. “Eu vi um cara do meu lado desmaiar porque não conseguia comer”. Ainda: “Se o peão esquecesse o crachá, não comia. O segurança via o sujeito todo suado, via que tinha acabado de trabalhar, e mesmo assim não liberava”. A alimentação era de péssima qualidade: “o arroz era duro, e tudo que sobrava eles faziam uma misturada dentro de um panelão: frango, carne, pedaço de bucho, pescoço de galinha (....) a mesma comida era repetida duas ou três vezes.”

- Condições de segurança no trabalho: segundo a declaração dos operários um dos grandes riscos para o trabalhador era a mudança de função. Se um operário é contratado como armador e demonstra habilidade, por exemplo, com o manuseio do martelete, ele pode ser realocado para esta função. “Então o trabalhador vai para o martelete, mas o almoxarifado não libera o equipamento de segurança para ele, porque é armador.” Ainda: “Assim ninguém liga para nada e aqui falta tudo como luva, botina, óculos protetor. Vi gente que caiu de escada de 5 metros. O cara estava sem cinto de proteção”.

- Condições de saúde: os trabalhadores denunciaram que o ambulatório médico ficava há dois km de distância, faltava remédio, e que na farmácia local os medicamentos eram vendidos com preços majorados.

- Consumo de álcool e outras drogas: embora proibido, muitos trabalhadores consomem álcool e drogas no canteiro de obras. Um dos operários declara que o consumo de álcool e drogas ‘rola solto’. Relata sobre um falso pastor que trabalhava de dia e a noite, fingindo pregar, vendia drogas perto do alojamento. Os trabalhadores citaram o crack e a cocaína como as drogas mais comuns nos canteiros e contaram que estas drogas passavam com facilidade pela vigilância. (FUJITA, 2011, pp. 38 – 42).

Quando ocorreu a rebelião dos trabalhadores o presidente da Força Sindical e deputado federal pelo PDT Paulinho Pereira declarou em uma reunião convocada pelo governo para discutir as greves nos canteiros de obras: *Como é que bota na selva amazônica centenas de homens sem mulher? Era preciso ter bordéis nos canteiros de obras.*¹³ Esta declaração do ‘sindicalista’ mostra que concepção ele tem sobre as mulheres, de serem mercadorias para apaziguar a revolta dos trabalhadores. A posição dos sindicatos na ocasião das revoltas foi de defenderem o Estado e o patronato, o que demonstra o grau de fascismo e corporativização de algumas organizações de

¹³Fonte: http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=14298:paulinho-da-forca-e-a-prostituicao-para-acabar-com-a-greve-&catid=57:mulher-e-lgbt&Itemid=70, acesso em 08/04/2011

trabalhadores nos países dominados. Em repúdio a estas posições os trabalhadores organizam-se e exigem seus direitos, conforme vemos no panfleto “Camargo Corrêa mantêm operários presos” (ver Anexo).

As obras das hidrelétricas trouxeram graves problemas sociais ao estado de Rondônia. Segundo o Censo do IBGE (2010) a população da cidade de Porto Velho é de 426.558 pessoas, um aumento de 22% decorrente da chegada de migrantes e trabalhadores que para lá se deslocaram desde o início das obras das hidrelétricas. As condições de infraestrutura, saneamento básico, saúde e educação na cidade são extremamente precárias, dado que o setor público não criou as condições necessárias para receber dezenas de milhares de trabalhadores que lá chegaram. Em Porto Velho o número de homicídios cresceu 44% entre 2008 e 2010. Entre 2007 e 2010 os estupros aumentaram 208% (DHESCA BRASIL, 2011, p. 22). Entre 2009 e 2010 o número de ocorrência por abuso sexual contra crianças e adolescentes mais que dobrou, passando de 306 para 636, respectivamente¹⁴.

A população de Porto Velho aumentou não só devido aos trabalhadores das obras do PAC, mas também devido ao aumento do êxodo rural dos camponeses. Atingidos pelas obras eles foram removidos para outros locais e tiveram sua condição de vida piorada devido ao fato de terem recebido lotes muito pequenos (6 e a 9 hectares) e da produtividade da terra ser mais baixa conforme relatos de camponeses publicados no relatório da Dhesca Brasil (2011) :

O engenheiro agrônomo deles (*das empresas*) disse que a terra deveria dar 120 sacas de farinha por hectare, mas que não chegaria a 80. Na verdade, deu só 3 sacas por hectare. Na mesma conversa a empresa prometeu que para o agricultor que não desse certo nas novas áreas eles buscariam outras alternativas. A única coisa que fizeram foi uma indenização adicional de 19 sacas.

(...) que no início das obras os agricultores foram proibidos pela Santo Antônio Energia de plantar durante 7 meses, e que essa produção nunca foi indenizada. Que a maior parte dos agricultores tinha mais de 20 hectares para plantar, mas o máximo que eles receberam foi 9 hectares numa área muito ruim que era só cascalho, e que a casa de farinha que foi construída para a comunidade não está funcionando por falta de equipamentos (DHESCA BRASIL, 2011, p. 19, *destacado nosso*).

¹⁴ Fonte: “No curso das usinas, os desvios dos homens”, Correio Brasiliense, 28/08/2011, acessível em: <http://www.coreioweb.com.br>

Os projetos em curso acarretam, além dos graves problemas para as cidades afetadas pelas obras do PAC, também provocam a morte dezenas de trabalhadores. Desde 2008 40 trabalhadores morreram em obras do PAC, várias destas mortes ocorreram nas obras das hidrelétricas¹⁵. Pressionados pelos prazos do governo para alcançar mais rapidamente o término das obras e objetivando o faturamento de R\$ 8,5 milhões por dia que serão gerados por Jirau e Santo Antônio já no início de suas atividades, as empresas submetem os operários as mais duras condições de trabalho visando aumentar a produtividade, com ritmos e intensidade extremamente elevados. A vida de dezenas de milhares de trabalhadores pouco conta é apenas uma nota da empresa dizendo que lamenta o ocorrido em casos de mortes, como fez a Camargo Corrêa por ocasião da recente morte do operário Antonio de Meneses Rocha, de 25 anos, que trabalhava como carpinteiro em Jirau e teve o crânio esmagado por uma peça que caiu nas instalações do vertedouro em Jirau.

Considerações finais

A gerência do Estado brasileiro é hegemônica por uma das frações da grande burguesia burocrática ou compradora na gestão do governo nacional. Podemos verificar que governos como Vargas, JK, João Goulart e o período da ditadura militar, foram gerenciados pela fração da grande burguesia burocrática. A grande participação estatal na economia deste período produziu um consenso principalmente no meio acadêmico de que havia no país um estado desenvolvimentista. O governo Collor e os dois governos de FHC representaram a reestruturação “neoliberal” da economia e entendemos que nestes governos a grande burguesia compradora estava no poder do estado realizando grandes privatizações e retirada de importantes direitos trabalhistas duramente conquistados pelos trabalhadores. O governo do PT também retirou direitos trabalhistas, porém por ser representante da fração da burguesia burocrática lançou e financiou grandes obras de infraestrutura, criou empresas estatais e estatizou empresas antes privatizadas. Em 2007 lançou o PAC como o programa governamental de maior envergadura desde o período do

¹⁵ Dados da material “Morte e progresso”, Jornal O Globo, 27/03/2011, Caderno De economia (p. 35).

governo militar. Este programa de aceleração de crescimento serviu como um freio para amortizar as consequências da grave crise econômica mundial de 2007 sobre o país.

A dicotomia gerada pelo capitalismo entre riqueza e pobreza como analisou Marx em *O Capital*, se reproduz de forma mais acentuada e profunda nos países de capitalismo burocrático. Nestes países o capital conta com um excedente muito maior de força de trabalho, expulsa aos milhões do campo pelo latifúndio e seus jagunços. Como podemos explicar que as obras do PAC puderam imediatamente deslocar um contingente de mais de 80.000 pessoas para diversas regiões do país a não ser se analisamos a estrutura do campo, a situação de milhões de camponeses sem terra e trabalhadores das cidades que por nada terem se submetem às condições impostas nas relações semifeudais de produção.

A rebelião nas obras do PAC em março deste ano foi o repúdio dos trabalhadores à extrema exploração a que estão submetidos nestes empreendimentos. A resposta do estado foi mais repressão, envio da força nacional de segurança e mais leis repressivas sobre a classe trabalhadora com o aval das centrais sindicais. As empresas responderam com 4.000 demissões, velha ameaça que sempre pairou sobre os trabalhadores, que nada tem a vender, a não ser sua força de trabalho, mesmo que no limite a venda do trabalho signifique tantos danos e até a perda da vida.

A submissão do governo brasileiro ao imperialismo revela seu caráter semicolonial; a crise exposta pelas rebeliões deixa a nu as relações sociais de produção atrasadas e a solução estatal a tal crise, ou seja, a repressão combinada com a estratégia pelega das corporações sindicais. O caráter do estado burguês-latifundiário é o elemento central para o entendimento dos reais objetivos das classes dominante no país e do imperialismo como perspectiva de maior submissão do país e do seu povo às condições mais precárias de vida e de horizonte.

Referências de bibliografia

BARTESAGUI, Lucia et alii. IIRSA - Integración de Infraestructura Regional Sudamericana OTRO PASO EN LA EXPLOTACIÓN DE LOS PUEBLOS Y TERRITORIOS SUDAMERICANOS, Uruguay, Programa Uruguay Sustentable Redes – Amigos de La Tierra Uruguai, 2006

BOAS, Taylor. RICHARDSON, Neal. HIDALGO, Daniel. *The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil*. Disponível em http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf , acesso em 04/09/2011.

CARVALHO, Guilherme. Elementos para analizar los grandes proyectos de infraestructura em la Amazônia. Observatório de Multinacionais da América Latina. Disponível: http://www.omal.info/www/article.php3?id_article=4176, acesso em 04/09/2011.

Davis, Mike. *Imperialismo e holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro, Record: 2002.

DHESCA BRASIL. RELATÓRIO PRELIMINAR DE MISSÃO DE MONITORAMENTO. Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira. Dhesc Brasil, Abril de 2011. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/>

FUJITA, Fábio. *Fogo na Usina do Desenvolvimento Acelerado*. in *Revista Piauí*, maio de 2011.

LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços. Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LENIN, V.I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2000, 1916.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O (2007 a). *El papel del campesinato en la transformación del mundo actual*. Valencia: Baladre, 2007 .

----- (2007 b). *La semifeudalidad y el atraso de España. El Ejemplo del sur*. Madrid: Catarara, 2007.

MARX, K. O Capital. Vol I, São Paulo: Nova Cultural (Os economistas) 1985.

Camargo Corrêa mantém operários presos!

Ao povo trabalhador de Porto Velho



No dia 14 de junho a Camargo Corrêa mandou um de seus capatazes da segurança ao refeitório para identificar e levar sete operários para a sala do ambulatório médico, onde foram entregues para policiais da Força Nacional e permaneceram presos por mais de 6 horas sem alimentação sofrendo todo tipo de abuso e humilhação.

Estes sete companheiros tiveram seus pertences pessoais e celulares apreendidos, passaram por revistas íntimas, sofreram agressões físicas e xingamentos. Foram obrigados a ver fotos e um vídeo da rebelião do dia 17 de março, para que identificassem outros trabalhadores e forçar a “confissão” de que teriam participado do protesto e dos incêndios.

Os operários só não foram levados para o famigerado presídio Urso Branco por que, por acaso, um procurador do Ministério Público do Trabalho que apurava irregularidades na obra achou estranho a sala do ambulatório médico sendo guardada por policiais

armados e libertou os operários do cárcere privado. A Camargo Corrêa, como sempre, nega os abusos.

As empresas Camargo Corrêa, Suez, Odebrecht e Andrade Gutierrez que não cumprem as leis trabalhistas e negam nossos direitos nos mantendo em péssimas condições de trabalho, em alojamentos precários, nos submetem à maus tratos e ao mais completo regime de exploração, tem medo de uma nova revolta nos canteiros de obras. Por isso tentam identificar e punir qualquer sinal de organização dos trabalhadores.

Sindicato negocia demissões com patrões

O STICCERO (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil do Estado de Rondônia) nada fez em defesa dos trabalhadores. Ao invés disso, o sindicato e a CUT negociaram demissões e os direitos dos trabalhadores com os patrões, traem nossos interesses e enchem seus bolsos com dinheiro sujo.

O sindicato e as Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, UGT e etc.) dizem lutar pelos trabalhadores, mas tem o rabo preso com os patrões. Esses bandidos são verdadeiros traidores e devem ser expulsos do nosso meio!

Devemos nos organizar e lutar pela construção de um sindicato democrático, classista e combativo. Assim faremos valer nossos direitos.

Contra os abusos e humilhações das empreiteiras!

Fora sindicato pelego e traidor!

Pela construção de um novo Sindicato, Classista e Combativo!

Comitê de Base dos Trabalhadores das Usinas de Jirau e Santo Antônio